

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

|  |                   |                                    |
|--|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta   | Processo          | Atividade / Procedimento           |
| <b>PR/2025/37152</b>                                   | <b>49399/2025</b> | <b>Proposta à Câmara Municipal</b> |
| Unidade Administrativa                                 |                   |                                    |
| <b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>                             |                   |                                    |
| Propósito  |                   |                                    |
| <b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b> |                   |                                    |
| Órgão/Cargo que resolve                                |                   |                                    |
| <b>Câmara Municipal de Braga</b>                       |                   |                                    |

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## RESOLUÇÃO

**Processo:** 43265/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Assunto:** Fiscalização de operações urbanísticas - embargo por edital

**Local da obra:** Rua Baixetes de Baixo e Avenida General Carrilho da Silva Pinto - Gualtar, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36447 de 11 de Novembro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Tendo resultado infrutíferas as diligências efetuadas pelos Serviços de Fiscalização, no sentido da notificação da ordem de embargo, propõe-se a notificação nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 112.º, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4 /2015, de 07 de janeiro, aplicável por remissão do artigo 122.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual.

Uma vez que se encontra a tramitar na DU/DAT o processo n.º 29800/2025, propõe-se seja dado conhecimento da ordem de embargo aos identificados serviços, bem como solicitada informação que for proferida decisão final no processo.

À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DESPACHO

**Processo:** 43265/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Processo:** 43265/2025

**Assunto:** Proposta de embargo de operação urbanística – movimentação de terras

**Local:** Rua da Estrada Nova, Av. <sup>a</sup> Gen. Carrilho da Silva Pinto e Rua de Baixetes de Baixo, Gualtar

**Técnico responsável:** Paula Vieira (eng<sup>a</sup> civil)

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33884 de 17 de Outubro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Conforme informação que antecede, encontrando-se em curso a execução de trabalhos de movimentação de terras, sem o devido controlo prévio, contrariando o previsto no artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), julga-se estarem reunidos os pressupostos para que seja determinado o embargo da referida obra, nos termos do disposto na al. a) do n.1, do artigo 102.º B do mesmo diploma, na sua redação atual.

Os trabalhos decorrem junto à linha de água do Rio Este, área integrada em domínio público hídrico e sujeita a condicionantes ambientais e territoriais, designadamente Reserva Ecológica Nacional (REN) e Regime da Utilização dos Recursos Hídricos (Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio). O prédio ainda se insere em Zona de Proteção Arqueológica (Via Romana XVII), sujeita a restrições específicas de proteção patrimonial e arqueológica.

Não foi elaborada a Participação Interna, para instrução do respetivo PCO, pelas razões apontadas na informação técnica.

Face a estes riscos, impõe-se uma atuação imediata com vista à cessação da execução dos trabalhos e preservação do interesse público urbanístico, ambiental e patrimonial, cuja manutenção pode gerar danos de difícil ou impossível reparação.



Atendendo ao caráter urgente e cautelar do embargo, será de dispensar a audiência prévia dos interessados, ao abrigo do artigo 121.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, por se mostrar incompatível com a necessidade de atuação imediata para prevenir prejuízos graves e assegurar a eficácia da medida.

Assim, proponho:

1. Que seja desde já declarado o embargo da referida obra, em conformidade com a legislação atrás mencionada, dispensando a audiência prévia dos interessados da intenção de embargo e notificados os proprietários e seu representante, nos seguintes termos:

· Em sequência de ação inspetiva, realizada pela Divisão de Fiscalização do Município, foi elaborada a informação 2025-27146, de 16/10/2025, cuja cópia segue sob anexo.

· Encontrando-se a obra em curso, sem o necessário controlo prévio, julgando-se estarem reunidos os pressupostos para que seja determinado o embargo da referida obra, nos termos do disposto na al. a) do n.º 1, do artigo 102.º B do RJUE, na sua redação atual.

2. Auscultar a DMGT/DU, no sentido de aferir a viabilidade e modo de legalização das desconformidades verificadas no local, para instrução de medidas para reposição da legalidade urbanística conforme o previsto no artº 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação.

3. Dar conhecimento à APA e à Divisão de Ambiente.

### **Despachos**

- A 17/10/2025, Filipa Dantas Vilela, na qualidade de Chefe de Divisão: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

### **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

